

NA VIDA POLÍTICA, ECONÓMICA E SOCIAL

Integração da mulher é uma necessidade



Mulheres ganham cada vez mais espaço na vida política em Moçambique

A PRESIDENTE da Assembleia da República (AR), Verónica Macamo, disse ontem, em Midrand, República da África do Sul, que a integração da mulher na vida política, económica e socio-cultural é uma necessidade das sociedades e países do Continente Africano.

Falando durante o debate do tema central da II Sessão Ordinária do Parlamento Pan-Africano, "2016 - Ano Africano dos Direitos da Mulher com Enfoque Particular para os Direitos da Mulher", a Presidente da AR referiu que "a população do nosso continente é constituída maioritariamente por mulheres e se as nossas sociedades não aproveitarem integralmente a energia, capacidades e inteligência delas é a própria sociedade que perde".

De acordo com a Presidente da AR, em Moçambique homens e mulheres são iguais perante a lei, como coloraria do preceituado na Constituição e nas leis ordinárias.

"Para impulsionarmos a luta pela equidade de género criámos o Conselho Nacional para o Avanço do Género, agremiação que congrega ministérios, organizações socio-profissionais, academia, confissões religiosas, sindicatos e o Gabinete Parlamentar, pois as questões do género são transversais", vincou Verónica Macamo, acrescentando que "a mulher moçambicana está representada em todos os órgãos do poder".

Para lograr estes avanços, segundo a Presidente da AR, o país estabeleceu mecanismos institucionais e instrumentos que promovem o avanço da mulher, a saber, a Política de Género e a Estratégia da sua Implementação; a Lei de Terras, que estabelece direitos iguais entre homens e

mulheres, incluindo o direito ao título de propriedade; os projectos de geração de rendimentos em benefício das mulheres através da promoção do microcrédito; e o Programa de Educação da Rapariga, com o objectivo de reduzir as disparidades de género no ensino.

No âmbito da promoção da família e na prevenção e combate à violência baseada no género, a Presidente do Parlamento moçambicano informou aos presentes que Moçambique aprovou a Lei da Família, a Lei contra a Violência Doméstica; e a Lei contra o Tráfico de Pessoas, especialmente de mulheres e crianças, instrumentos legais de defesa dos Direitos da Mulher e da Criança.

"Agora estamos a rever a Lei das Sucessões para protegermos a mulher e a criança em caso de morte do marido, o direito ao título de propriedade e herança", anunciou a Macamo.

Num outro desenvolvimento, a Presidente do Parlamento destacou que ao nível político, social e cultural há, em Moçambique, avanços significativos no empoderamento da mulher e de defesa dos seus direitos, embora ainda existam vários desafios, em particular na área económica.

"Estamos a fazer esforços para assegurar, cada vez mais, uma maior equidade do género e empoderamento económico da mulher, pois não queremos que esta continue a ser a cara da pobreza", frisou Verónica Macamo.

Por sua vez, Maria Ivone Soares, membro do Parlamento Pan-Africano, discursando como vice-presidente do Grupo da Juventude deste organismo da União Africana, referiu que os desafios da mulher devem ser enquadrados nos objectivos do

Plano Global de Desenvolvimento Sustentável a vários níveis, no âmbito da Agenda Africana 2063.

Para a deputada Francisca Domingos, outra membro deste organismo continental, que interveio ontem, último dia da II Sessão Ordinária do Parlamento Pan-Africano, na área económica Moçambique defende que homens e mulheres, jovens e adultos, de mãos dadas, devem impulsionar o desenvolvimento dos países africanos.

A sessão, que decorreu sob o lema "Ano Africano dos Direitos Humanos com Especial Enfoque nos Direitos da Mulher", iniciou no passado dia 3 de Maio com o debate da proposta de moção de condenação à corrupção em África.

Durante os debates os intervenientes convergiram na pertinência da aprovação da moção, tendo na ocasião apelado à deliberação do assunto para mais tarde, com vista a se colherem mais informações à volta da questão.

Outro tema que mereceu calorosos debates, nesta sessão, relaciona-se com a visão geral do quadro da arquitectura de governação africana, apresentada pelo representante do comissário da União Africana para os Assuntos Políticos, Khabele Matlosa.

Matlosa disse que em África, depois da transformação da Organização da Unidade Africana (OUA) em União Africana (UA), o panorama de governação melhorou muito.

"De facto, desde os anos 80 que os Estados africanos deram passos importantes na democratização das suas sociedades", frisou Matlosa, tendo apelado ao Parlamento Pan-Africano a aprofundar o seu envolvimento em missões de observação eleitoral.

Noticias
Politica

13.05.2016

06

29.733